

CÂMARA MUNICIPAL DE ANDRADAS

MINAS GERAIS

Rua Leonardo Alves dos Santos, 315 – Jardim Bela Vista – CEP 37795-000
CNPJ nº 07.794.444/0001-95 Fone (35) 3731-1023 / 3731-6364



PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL

Ref. PLO-E 22/2026

Protocolo Geral 347/2026

*Projeto de Lei Ordinária. Autorização para
Abertura de Crédito Adicional Suplementar.*

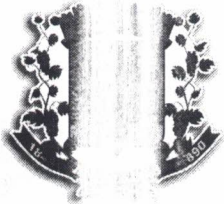
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Excelentíssimos Vereadores;

1. Objeto da Análise

O presente parecer jurídico tem por finalidade analisar, sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e juridicidade, o Projeto de Lei Ordinária (PLO) n.º 22, de 10 de abril de 2026, de iniciativa da Prefeita Municipal, que visa autorizar a abertura de crédito adicional suplementar por superavit financeiro, no montante de R\$17.140,53 (dezessete mil, cento e quarenta reais e cinquenta e três centavos), para atender despesa da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, com fundamento no artigo 43, §1º, I e II da Lei 4.320/64, ao orçamento do Município, para garantir a execução de obras e serviços conforme descrito no Projeto.

2. Fundamentação Jurídica



CÂMARA MUNICIPAL DE ANDRADAS MINAS GERAIS

Rua Leonardo Alves dos Santos, 315 – Jardim Bela Vista – CEP 37795-000
CNPJ nº 07.794.444/0001-95 Fone (35) 3731-1023 / 3731-6364



2.1. Adequação da Modalidade Legislativa:

A proposição legislativa tramita sob a forma de Projeto de Lei pelo Executivo, instrumento normativo adequado para a matéria em questão. A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88) e a Lei Orgânica do Município (LOM) reservam a Lei Complementar para matérias específicas e delimitadas, não se enquadrando a autorização para abertura de crédito adicional suplementar nesse rol taxativo. Portanto, a escolha da Lei Ordinária como veículo normativo mostra-se tecnicamente correta.

2.2. Análise da Iniciativa Legislativa:

A iniciativa para a proposição de leis que versem sobre matéria orçamentária e autorização para abertura de créditos adicionais é privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme expresso no art. 45, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal (LOM):

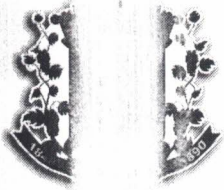
"Art. 45. São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

(...)

IV – matéria orçamentária e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções."

Essa prerrogativa decorre da necessidade de o Poder Executivo, responsável pela gestão das finanças públicas, ter a iniciativa legislativa sobre matérias que impactam diretamente o orçamento municipal. A proposição em análise, ao buscar autorizar a abertura de crédito adicional suplementar, insere-se inequivocamente na competência privativa do Prefeito, estando, portanto, formalmente em consonância com a LOM.

2.3. Crédito Adicional Suplementar e a Lei nº 4.320/64:



CÂMARA MUNICIPAL DE ANDRADAS MINAS GERAIS

Rua Leonardo Alves dos Santos, 315 – Jardim Bela Vista – CEP 37795-000
CNPJ nº 07.794.444/0001-95 Fone (35) 3731-1023 / 3731-6364



A Lei Federal nº 4.320/64, que estabelece normas gerais de direito financeiro, disciplina a abertura de créditos adicionais em seu art. 41:

"Art. 41 - Os créditos adicionais classificam-se em:

I - Suplementares, destinados a reforçar dotação orçamentária já existente;

II - Especiais, destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - Extraordinários, destinados a atender a despesas urgentes e imprevistas."

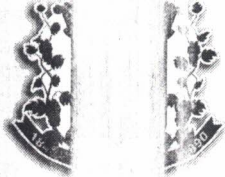
No caso em tela, o PLO E n.º 22/2026 busca autorizar a abertura de crédito adicional suplementar por superavit, ou seja, para reforçar dotações orçamentárias já existentes, utilizando como fonte de recurso financeiro apurado no exercício anterior.

2.4. Vinculação das Despesas:

O Projeto de Lei especifica, detalhadamente, a destinação dos recursos a serem suplementados, incluindo a essa vinculação das despesas, maior transparência e controle sobre a utilização dos recursos públicos.

3. Considerações Adicionais

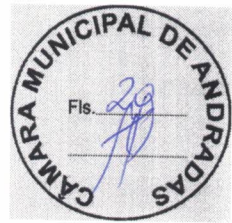
A autorização para a abertura de crédito adicional suplementar, utilizando o financeiro como fonte de recurso, é uma importante ferramenta para garantir a execução de políticas públicas e o atendimento às necessidades da população. A correta aplicação desses recursos,



CÂMARA MUNICIPAL DE ANDRADAS

MINAS GERAIS

Rua Leonardo Alves dos Santos, 315 – Jardim Bela Vista – CEP 37795-000
CNPJ nº 07.794.444/0001-95 Fone (35) 3731-1023 / 3731-6364



em conformidade com as destinações especificadas no projeto de lei, contribuirá para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

4. Conclusão

Diante do exposto, esta Procuradoria Jurídica manifesta-se favoravelmente ao regular trâmite do Projeto de Lei Ordinária n.º 22/2026, por entender que a proposição atende aos requisitos de constitucionalidade, legalidade e juridicidade. Não se vislumbram, *data vênia*, óbices que impeçam o seu prosseguimento. Recomenda-se, portanto, a sua submissão às Comissões temáticas competentes para análise de mérito e, posteriormente, a sua apreciação pelo Plenário da Câmara Municipal, em conformidade com o Regimento Interno desta Casa Legislativa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Andradas, 16 de abril de 2026.


Patrícia Titato Medeiros Dias

OAB/MG 74.834